

Na sexta tem Ato contra a PEC 55 e reformas que tiram direitos

O Sintrajusc convoca os servidores para, nesta sexta-feira, 11, se unirem às atividades do Dia Nacional de Luta contra a PEC 55/16 e as reformas da previdência e trabalhista. Em Florianópolis, o Ato será às 16 horas na Praça Tancredo Neves, na frente da Assembleia Legislativa, onde convidamos os colegas a se concentrar. Nas demais cidades, a orientação é que todos participem das atividades dos demais servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

Em Assembleia segunda-feira na Justiça Federal, foi aprovada paralisação nesta sexta, e o Sindicato já comunicou a população e a Administração dos Tribunais.

O coordenador do Sintrajusc, Paulo Roberto Koinski, esteve ontem na reunião que organizou a atividade de sexta e que contou com várias categorias de servidores, trabalhadores dos transportes e outras categorias da iniciativa privada, além de movimentos estudantis e centrais sindicais.

A PEC 55, batizada de PEC da Morte, vai congelar o investimento público por 20 anos. Ela já foi aprovada na Câmara dos Deputados

como PEC 241 e será apreciada pelo Senado em novembro. Os impactos serão sentidos em áreas fundamentais como saúde e educação e não será diferente com o Judiciário (veja no verso). Enquanto isso, o governo silencia criminosamente em relação a auditoria da dívida pública brasileira e às alternativas às medidas propostas pela PEC 241, como a reforma tributária.

Na reunião de ontem, foi claro o recado: não podemos deixar essa barbaridade virar lei. Se isso acontecer, o governo Temer irá conseguir passar também a reforma previdenciária e a trabalhista, ancorado na onda conservadora que se instalou no Congresso. Se uma passa, as outras vão atrás.

Terceirização na área-fim

Outra frente de mobilização ainda hoje será na Praça dos Três Poderes. Trabalhadores de todo o país vão acompanhar o julgamento do Recurso Extraordinário 958252 sobre terceirização na área-fim das empresas, com possibilidade de revogação da Súmula 331, que permitiu a terceirização apenas na área-meio.

**ATO 16 HORAS NA PRAÇA TANCREDO NEVES
PARTICIPE!**

O resultado preocupa, principalmente se analisado o retrocesso das últimas decisões do STF, que atingem diretamente a classe trabalhadora pela retirada de direitos e pelo totalitarismo em extinguir o direito de greve para servidores públicos. A sessão do STF tem início previsto para as 16h30. O item é o “Recurso Extraordinário (RE) 958252 - Repercussão Geral”.

Não podemos ficar parados. Basta olhar para trás para ver que só a luta barrou tentativas de retrocesso nos direitos dos trabalhadores. Temos exemplos no próprio Judiciário, onde conquistamos os PCSs e impedimos, nos governos anteriores, “maldades” como o fim da Justiça do Trabalho. Não é hora de titubear. Sexta-feira é dia de luta.

Estudo mostra consequências da PEC 55

Em recente estudo sobre a PEC 241, que foi aprovada na Câmara dos Deputados no seguiu para o Senado Federal, recebendo o número 55/2016, Washington Moura Lima, assessor econômico do Sintrajusc e do Sintrajud, chama a atenção para as distorções sociais que ela provocará, caso seja aprovada também pelos senadores.

A PEC, chamada pelo governo federal de PEC do Teto, por estabelecer um congelamento de gastos para o orçamento, também é chamada de "PEC do Fim do Mundo" e "PEC da Morte" nos meios acadêmicos, sindicais, pelos movimentos e organizações sociais pelo mesmo motivo. Ela faz alterações constitucionais e muda o regime fiscal impondo que a partir de 2017 seja gasto com as despesas primárias apenas o valor gasto no ano anterior - no caso de 2017, o que foi gasto em 2016 - corrigido pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) do IBGE. A PEC também acaba com os percentuais de vinculação constitucional de receita para investimentos e pagamento de despesas em educação e saúde.

Entretanto, as despesas financeiras, que são os juros e amortizações da dívida pública, não são atingidas pela PEC, ou seja, estão preservadas do congelamento. Isso significa que todo o estoque de recursos não passado para a saúde e educação poderá ser transferido para o pagamento da dívida.

Hoje, sem a PEC, o governo federal é obrigado a aplicar na saúde o mesmo valor do ano anterior mais o percentual de variação do PIB (Produto Interno Bruto), e na educação 18% do arrecadado.

Com base em dados oficiais disponíveis no Senado Federal, como SIAFI/SDIDOR/SELOR, Wa-



shington faz um comparativo da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2016, projetando a aplicação da PEC a partir de 2001. Os resultados são desastrosos para o serviço público e serviços essenciais.

No Judiciário, se a PEC estivesse em vigor nos últimos 15 anos, o orçamento do Poder Judiciário Federal teria sido R\$ 13,5 bilhões menor em 2016 – uma retração de mais de um terço (35,65%).

A saúde, que teve um montante liquidado de R\$ 23,6 bilhões em 2001, com a PEC teria um valor no orçamento de em 2016 de R\$ R\$ 63 bilhões; sem ela, o orçamento autorizado de gastos da saúde para essa ano é de R\$ 110,3 bi. Esses dados representam uma redução de 47,2 bilhões, ou seja, 42,81% menos investimento em hospitais, prontos socorros, contratação de médicos, enfermeiros.

Na educação, o resultado é ainda mais gritante. A aplicação dos mesmos critérios mostra uma redução de 70,38% - menos R\$ 73,8 bilhões. O estudo detalha esses aspectos e mostra outros desdobramentos da aplicação da PEC, como a imposição de Reformas da Previdência e a aprovação de projetos como o PLS 04/2016, que constitucionaliza o repasse de recursos públicos para bancos e o setor financeiro. *(Com informações do Sintrajud)*